



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº:	1006002-28.2018.8.26.0037
Classe - Assunto	Mandado de Segurança - Inscrição / Documentação
Impetrante:	Paulo Roberto Bueno
Impetrado:	Dulce Helena Siqueira Silva Presidente da Congregação do Inst de Química Diretora do Instituto de Química

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Paulo Roberto Bueno, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) o presente mandado de segurança em face da(s) parte(s) requerida(s) **Presidente da Congregação do Inst de Química Diretora do Instituto de Química**, postulando, em síntese, ordem para permitir sua inscrição no concurso público para o cargo de professor titular, junto ao Departamento de Físico-Química do Instituto de Química do Campus de Araraquara, porquanto so preencherá um dos requisitos exigidos pelo edital, que é o prazo de seis anos da obtenção do título de Livre-Docente, poucos dias após o final do prazo das inscrições. Apresentou os documentos de fls. 15/55.

A liminar foi indeferida (fls. 56/57) e mantida em agravo de instrumento (fls. 103/104).

Notificada, o impetrado apresentou as informações de fls. 119/127, em que reforça o ato administrativo reputado ilegal.

O Ministério Público declinou de seu interesse.

É o Relatório.

1006002-28.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Fundamento e Decido.

No mérito, a ação é improcedente.

É preceito constitucional que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei (art. 37, inciso I), e de que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei (inciso II).

Evidentemente que a natureza e complexidade das atribuições impõem limitações à sua acessibilidade. O próprio STF admitiu como legítimas determinadas limitações de acesso aos cargos públicos, ao editar a Súmula nº 683: *“O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do artigo 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido”*

No ensinamento de Hely Lopes Meirelles:

“Quanto ao princípio da isonomia (CF, art. 5º), é preciso ver que além das distinções acima referidas, a igualdade de todos os brasileiros perante a lei veda as exigências meramente discriminatórias, como as relativas ao lugar de nascimento, condições pessoais de fortuna, família, privilégios de classe ou qualquer outra qualificação social. E assim é porque os requisitos a que se refere a CF (art. 37) hão de ser apenas os que, objetivamente considerados, se mostrem necessários e razoáveis ao cabal desempenho da função pública. Se determinado cargo de datilógrafo, por ex., pode ser exercido indiferentemente por pessoas do sexo feminino ou masculino, a discriminação fundada nesse atributo pessoal do candidato será indevida; entretanto, se a Administração deseja é uma pessoa do sexo feminino para ocupar o cargo de datilógrafo numa penitenciária de mulheres, o estabelecimento desse requisito não constituirá discriminação ilegal, uma vez que visa a atender a uma legítima conduta administrativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Daí por que a jurisprudência tem admitido como válidas, com base no princípio da razoabilidade, exigências que, à primeira vista, pareciam atentatórias ao princípio da isonomia, tais como as que limitam a acessibilidade a certos cargos em razão da idade, sexo, categoria profissional, condições mínimas de capacidade física e mental e outros requisitos de adequação ao cargo.” (Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição. São Paulo: Malheiros, p. 435).

As atribuições do cargo estão detalhadas no edital de fls. 19/30, sendo uma das condições para inscrição ser *portador de título de Livre-Docente obtido na UNESP, USP, UNICAMP ou pela UNESP declarado equivalente, que tenha sido conferido pelo menos 06 (seis) anos antes da data da inscrição* (item 3.1).

É incontroverso que o impetrante não preenche o requisito acima mencionado, e realmente não há direito líquido e certo a ser amparado por esta via mandamental.

Veda-se ao judiciário a análise dos critérios de conveniência e oportunidade do ato, restringindo-se tão somente ao seu aspecto legal.

E, neste aspecto, tenho que nenhum reparo está a merecer o ato impugnado, que cumpriu os requisitos legais e formais para sua validade. Não haveria como se adotar um critério menos objetivo que não resvalasse na ilegalidade.

Assim, a presunção de legitimidade, legalidade e veracidade de que se reveste o ato administrativo não foi abalada na situação em concreto.

Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA postulada por **Paulo Roberto Bueno**.

Custas pelo autor. Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/2009 e Súmula 105 do STJ).

Oficie-se para ciência.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 16 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**